



CONJUNTURAS CRÍTICAS, MUDANÇAS DE CICLOS POLÍTICOS E DESDEMOCRATIZAÇÃO NA VENEZUELA AO LONGO DOS GOVERNOS CHAVISTAS

*COYUNTURAS CRÍTICAS, CAMBIOS EN LOS CICLOS POLÍTICOS Y
DESDEMOCRATIZACIÓN EN VENEZUELA A LO LARGO DE LOS
GOBIERNOS CHAVISTAS*

*CRITICAL CONJUNCTURES, CHANGES IN POLITICAL CYCLES AND
DE-DEMOCRATIZATION IN VENEZUELA THROUGHOUT THE CHAVISTA
GOVERNMENTS*

Jefferson Nascimento¹ 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O presente artigo analisa as transformações sociopolíticas ocorridas na Venezuela desde a chegada de Chávez ao poder, utilizando os conceitos de *conjuntura crítica*, *ciclo político* e *(des)democratização* como ferramentas teóricas. Mais especificamente, objetivamos responder a seguinte pergunta: é possível afirmar que, na mudança do governo de Hugo Chávez para o governo de Nicolás Maduro, houve também uma mudança de *ciclo político*? Argumentamos que sim, pois houve uma significativa reformulação das agendas dominantes no debate público e uma rearticulação dos atores hegemônicos nas disputas políticas, fazendo emergir inclusive novos atores. Além disso, a maneira como as instituições funcionam foi radicalmente alterada, principalmente do ponto de vista do seu funcionamento informal. O resultado disso foi que, desde 2013, está em curso um processo no qual os elementos democratizantes que marcaram o *ciclo político* chavista (1999-2013) vêm desaparecendo e os traços desdemocratizantes herdados desse período se acentuam progressivamente.

¹ Doutorando e Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: jeffersonlnascimento@iesp.uerj.br

Palavras-chave: Chavismo; Ciclo Político; Conjuntura Crítica; Democratização; Mudança.

Resumen: Este artículo analiza las transformaciones sociopolíticas ocurridas en Venezuela desde la llegada al poder de Chávez, utilizando como instrumentos teóricos los conceptos de *coyuntura crítica*, *ciclo político* y *(des)democratización*. Específicamente, pretendemos responder a la siguiente pregunta: ¿es posible decir que, durante el cambio de gobierno de Hugo Chávez al gobierno de Nicolás Maduro, hubo también un cambio de *ciclo político*? Argumentamos que sí, porque hubo una reformulación significativa de las agendas dominantes en el debate público y una rearticulación de los actores hegemónicos en las disputas políticas, incluso dando lugar a nuevos actores. Además, el modo como funcionan las instituciones se ha visto radicalmente alterado, principalmente desde el punto de vista de su funcionamiento informal. El resultado de ello fue que, desde 2013, se viene gestando un proceso en el que los elementos democratizadores que marcaron el *ciclo político* chavista (1999-2013) han ido desapareciendo, mientras progresivamente se acentúan los rasgos desdemocratizadores heredados de ese período.

Palabras clave: Chavismo; Ciclo Político; Coyuntura Crítica; Democratización; Cambio.

Abstract: This article analyzes the sociopolitical transformations that have taken place in Venezuela since Chávez came to power, using the concepts of *critical conjuncture*, *political cycle* and *(de)democratization* as theoretical tools. More specifically, we aim to answer the following question: is it possible to say that, in the change from Hugo Chavez's government to Nicolás Maduro's government, there was also a change in the *political cycle*? We argue affirmatively that yes, because there was a significant reformulation of the dominant agendas in the public debate and a rearticulation of the hegemonic actors in political disputes, even giving rise to new actors. Furthermore, the way in which institutions function has been radically altered, mainly from the point of view of their informal functioning. The result of this was that, since 2013, a process has been under way in which the democratizing elements that marked the *Chavista political cycle* (1999-2013) have been disappearing and the de-democratizing traits inherited from that period have been progressively accentuated.

Keywords: Chavismo; Political Cycle; Critical Conjuncture; Democratization; Change.

DOI: [10.11606/issn.1676-6288.prolam.2023.209613](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2023.209613)

Recebido em: 20/03/2020
Aprovado em: 03/07/2023
Publicado em: 30/07/2023

1 Introdução

A Venezuela tem sido objeto de acalorados debates políticos no âmbito internacional por conta das transformações que o Estado e a sociedade vêm passando nos últimos anos. O chavismo, força política que governa o país desde 1999, apresenta diversas contradições e divide opiniões dentro e fora do país. Compreender a complexidade da política venezuelana nas últimas décadas não é uma tarefa simples e demanda a análise de um conjunto amplo de fatores que incidem sobre as recorrentes crises por que passa o país.

Neste artigo, vamos discutir alguns desses fatores, contudo o nosso foco é examinar, mais precisamente, se, com a manutenção da hegemonia chavista no controle do Estado venezuelano após a morte de Hugo Chávez, em 2013, seria correto afirmar que o país permaneceu no mesmo *ciclo político*. O resultado desta pesquisa mostra que não. A partir da *conjuntura crítica* na qual Nicolás Maduro ascende à presidência, em 2013, mudanças substantivas vêm ocorrendo na maneira como se dão as disputas políticas. Houve uma reformulação das principais agendas e dos atores que hegemonizam o debate público, bem como do funcionamento das instituições, sobretudo no seu aspecto informal. Isso acarretou o aprofundamento dos processos desdemocratizantes estabelecidos no *ciclo político* chavista e a erosão dos elementos democratizantes presentes anteriormente.

Em diálogo com Pierre (2004) e Bringel e Domingues (2022), definimos *ciclo político* como um período entre duas conjunturas críticas no qual se estabelece uma relativa estabilidade das agendas e dos atores hegemônicos no debate público, bem como do funcionamento das instituições nas quais se dão as lutas políticas. O conceito de *conjuntura crítica*, por sua vez, consiste em um período de redução dos constrangimentos institucionais, em que mudanças significativas são

possíveis, mas que dependem da agência dos atores políticos para se concretizarem.

Caso as mudanças de fato ocorram, elas podem apontar para um caminho democratizante ou desdemocratizante, ou mesmo podem apresentar elementos ambivalentes. Tomamos emprestado o conceito de (des)democratização de Charles Tilly (2007), que o define como a ampliação da capacidade estatal para assegurar: (1) que mais grupos de cidadãos consigam expressar suas demandas; (2) que haja a redução da disparidade entre os grupos no que tange ao atendimento de suas demandas; (3) que as liberdades dos cidadãos sejam respeitadas; e (4) que as regras do jogo não sejam violadas.

Com base nesse arcabouço conceitual, analisaremos os processos de mudanças sociopolíticas que ocorreram na Venezuela desde 1999, quando Chávez chega ao poder. O artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Na seção seguinte, discutiremos com maior profundidade os conceitos que utilizamos como ferramentas de análise. A terceira seção será dedicada a discutir as transformações ocorridas no período de 1999 a 2013, quando Chávez esteve na presidência, de forma a justificar por que defendemos que se constituiu em um *ciclo político* distinto daquele vigente entre 1958 e 1998. Na quarta seção, daremos enfoque às mudanças ocorridas ao longo do governo Maduro, herdeiro do chavismo, explicando os fatores que nos levam a considerar que se formou um novo ciclo, distinto daquele que começa a erodir em 2013. Por fim, teceremos alguns comentários a título de conclusão.

2 Conjuntura crítica, ciclo político e (des)democratização: o arcabouço conceitual

O conceito de *conjuntura crítica* tem sido utilizado nas Ciências Sociais para analisar processos de mudanças institucionais. Os irmãos Ruth

Collier e David Collier, por exemplo, têm alguns trabalhos importantes discutindo esse tema. Para os autores, uma *conjuntura crítica* seria “um período de mudança significativa”, que ganha feições distintas nos diferentes países e que produzem legados distintos. Esse legado pode constituir-se em mecanismos institucionalizados, como regimes mais estáveis, e com maior duração, ou podem configurar-se em mecanismos “autodestrutíveis” por sua instabilidade (COLLIER; COLLIER, 2002).

Sem embargo, Capoccia (2015; 2016) e Capoccia e Kelemen (2007) nos alertam para um problema relativo a essa lógica que estabelece uma relação causal e necessária entre *conjuntura crítica* e mudança social, por negligenciar a possibilidade de essas conjunturas não implicarem em nenhuma grande transformação: “se a mudança é possível, considerada e buscada, e por pouco falhou em se materializar, não há razão para não considerar tal situação como uma conjuntura crítica” (CAPOCCIA; KELEMEN, p. 350-351). Os autores defendem que somente a agência dos atores políticos poderá romper com esse status quo.

Dialogando com Capoccia, no sentido de questionar uma suposta relação de causalidade entre *conjuntura crítica* e mudança, Ferreira, Mariano e Neves (2023), descrevem o conceito da seguinte forma:

Um momento em que os atores que dão sustentação à determinada instituição divergem em suas expectativas, pois visualizam um futuro no qual a instituição, tal como está organizada, não fornece confiança suficiente para que os seus interesses sejam atendidos. É, portanto, um estado típico de crise de expectativas, situação na qual os atores perdem parte da capacidade de traçar perspectivas baseadas nas referências construídas ao longo do tempo, podendo consolidar uma percepção coletiva de que a trajetória institucional existente não dará conta das mudanças que se avizinham (FERREIRA; MARIANO; NEVES, 2023, p.12).

A *conjuntura crítica*, pois, caracteriza-se como um período de redução dos constrangimentos institucionais, em que mudanças significativas são possíveis e, ao mesmo tempo, imprevisíveis. Trata-se, portanto, de um momento de incerteza sobre o futuro arranjo institucional que permite que a ação política tenha papel causal protagonista na consolidação de determinada trajetória institucional. Os autores indicam

que seria mais adequado examinar quais as condições que possibilitam as mudanças em meio a uma *conjuntura crítica* e como tais mudanças ocorrem. Dessa maneira, a conjuntura não ocupa o papel da causa, mas sim de contexto no qual as transformações ocorrem.

Um dos possíveis resultados de uma *conjuntura crítica* é a formação de um novo *ciclo político*. Concebemos a noção de *ciclo* como um intervalo de tempo no qual um fato surge, se desenvolve, alcançando certa estabilidade até entrar em colapso; ou seja, é uma concepção que permite identificar momentos de ruptura, mapeando o início, o meio e o fim dos processos históricos. Ao explicar a relação entre *conjuntura crítica* e *ciclo político*, Pierre (2004) afirma que a *conjuntura crítica* é um momento durante o qual “se rompe o relativo equilíbrio entre as forças políticas ou a estabilidade política”, nas quais ocorrem “enfrentamentos limitados ou abertos, inclusive violentos, entre as principais forças políticas pelo controle de aparato do Estado”. Já o *ciclo político* é definido como “um período determinado por dois estados ou momentos sucessivos e diferentes de configuração ou ordenamento de forças políticas e grupos de pressão”. Dito de outra forma, o *ciclo político* é um período de relativa estabilidade entre duas conjunturas críticas no decorrer das quais os atores foram capazes de implementar mudanças sociopolíticas rompendo com o período de incerteza.

Não obstante, o autor faz dois alertas importantes. O primeiro refere-se ao cuidado de não confundirmos ciclos políticos com ciclos eleitorais ou ciclos presidenciais ou com mandatos constitucionais, já que estes possuem temporalidades distintas. Apesar disso, é importante compreender a sinergia que se estabelece entre eles. Por exemplo, embora o ciclo eleitoral seja mais curto que o *ciclo político*, ele pode ser determinante para criar uma *conjuntura crítica* na qual a ação dos atores políticos pudesse levar à transição para um novo *ciclo político*. Somado a essa advertência, acrescentamos ainda que um ciclo presidencial pode coincidir com um *ciclo político*, a depender da duração do tempo em que o mandatário se mantenha no poder e da intensidade e da natureza das

transformações que ocorrerão. Ademais, pode haver mudanças de ciclos políticos, ainda que se mantenha o mandato constitucional, desde que o funcionamento das instituições se altere significativamente do ponto de vista informal e/ou a constituição sofra reformas radicais.

A segunda advertência de Pierre (2004) é que, mesmo que o *ciclo político* mantenha certa estabilidade de correlação de forças por um dado período, pode haver alguns momentos de instabilidade e de acirramento dos conflitos ao longo do ciclo sem que o seu sentido geral se altere. Isso significa que o pesquisador pode dividir um dado ciclo em fases distintas como forma de não perder de vista inflexões que ocorrem dentro de período analisado, ajudando a operacionalizar melhor o conceito.

A discussão promovida por Bringel e Domingues (2022), a propósito, contribuiu nesse aspecto, ao delimitar o conceito de forma a torná-lo mais operacional. Os sociólogos definem *ciclo político* como um processo histórico de longo ou médio prazo que se caracteriza pela articulação de três elementos: as agendas políticas, os agentes políticos e as instituições. As agendas políticas, apesar de algumas variações, se mantêm firmes ao longo de um ciclo, ressoando fortemente na sociedade. Temas como fome, miséria, corrupção etc., são normalmente concebidos de uma maneira bastante particular, sem sofrer grandes transformações.

Além disso, a dinâmica cíclica é hegemônica por organizações coletivas e indivíduos específicos, porém, com o passar do tempo, eles tendem a perder a capacidade de exercer influência sobre a conjuntura, devido ao fato de não conseguirem se adaptar aos novos tempos ou de, no caso dos atores individuais, terem tempo de vida limitado. Com isso, novos agentes surgem - e/ou os antigos se reestruturam de forma a adequar-se às novas circunstâncias - abrindo espaço para a formação de um novo ciclo.

Para que isso ocorra, é necessário um rearranjo das instituições, que consistem em comportamentos padronizados e repetitivos dos indivíduos e das coletividades, formalmente definidos ou não. As instituições permitem reduzir a instabilidade e a heterogeneidade dos imaginários, redes simbólicas que abarcam valores, padrões normativos, quadros

cognitivos e repertórios de expressão que são instáveis e heterogêneos. Logo, dentre os três elementos que caracterizam o *ciclo político*, as instituições são aquelas que apresentam maior estabilidade, contudo, quando muda o ciclo, as instituições se alteram — ao menos, na sua dinâmica real de funcionamento — sem que necessariamente sejam modificadas ou substituídas na formalidade da lei. A substituição de uma coalizão institucional com suas regras e práticas, materializando um novo imaginário hegemônico, portanto, seria o que aqui estamos denominando de processo de transição de ciclos.

Para identificar a transição de ciclos, é necessário mapear o que os irmãos Collier (2002) denominaram de *condições antecedentes* e *condições permissivas*. Ou seja, em primeiro lugar, o pesquisador precisa elencar os traços que marcaram a estabilidade do arcabouço institucional antecedente. Já as condições permissivas ocorrem quando uma crise irrompe ou produz-se uma nova clivagem nas relações de poder, produzindo um cenário de incerteza e colocando em xeque o status quo.

Cumpramos ressaltar que a transição de um ciclo para outro não se dá de forma estanque, mas sim de modo lento e gradual, fazendo com que o processo de desaparecimento da ordem antiga ocorra simultaneamente ao processo de nascimento da nova ordem. Como defende Bringel e Domingues (2022, p. 22): “para que um novo ciclo emergja, não basta que o anterior se desfaça. É necessário um processo de sedimentação do processo sociopolítico e que algumas agendas, atores e instituições se configurem de forma mais estável”. Logo, a escolha das datas de início e fim dos ciclos foi feita para fins analíticos. Elas indicam “acontecimentos” que produziram forte impacto na conjuntura de cada país, a ponto de acelerar transformações já em curso. Daí a necessidade de analisá-las de forma processual.

Ademais, tais processos podem conter traços democratizantes, desdemocratizantes ou mesmo ambivalentes, como nos mostra Charles Tilly (2007). Ao discutir a democracia, no lugar de concebê-la como um conceito estático, que visa a classificar os regimes políticos de forma

dicotômica, como democráticos ou não democráticos, Tilly produz uma tipologia que possibilita investigar transformações processuais. O conceito de democratização, na sua teoria, significa a ampliação da capacidade estatal para assegurar e expandir as quatro variáveis que o autor elenca como fundamentais para sustentar a democracia: a extensão (ou seja, é preciso identificar se são muitos ou poucos os grupos de cidadãos que conseguem expressar suas demandas), a igualdade (reflete a disparidade entre os grupos de terem suas demandas atendidas pelo Estado), a proteção (referente às liberdades que o Estado deve respeitar na relação com os cidadãos) e os compromissos mútuos assumidos (isto é, as regras do jogo). Já a desdemocratização seria o caminho inverso. Tal definição será utilizada como parâmetro para analisar o processo político venezuelano nos últimos 25 anos.

3 O chavismo e o “socialismo do século XXI”: a ambivalência de processos democratizantes e desdemocratizantes

Em 1958, após décadas de sucessivos golpes militares, foi firmado um acordo entre as elites venezuelanas que ficou conhecido como o Pacto de *Punto Fijo*, dando início a um *ciclo político* que, pela primeira vez na história, deu relativa estabilidade democrática àquele Estado. Enquanto grande parte dos países vizinhos, ao longo das décadas de 1960 e 1970, sofreram golpes que resultaram na instituição de regimes militares, na Venezuela as eleições passaram a ser realizadas periodicamente, o que levou o país a ser considerado um exemplo de “democracia” na região. Porém, cabe ressaltar que, na realidade, a alternância entre os partidos tradicionais e conservadores — a Aliança Democrática e o partido social cristão, COPEI² — somente mascarava um sistema político oligárquico.

² *Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI)*.

Tratava-se de uma política clientelista e rentista petroleira, marcada por profunda desigualdade social (CICERO, 2010; VALENTE, 2013).

Na década de 1980, começaram a emergir as *condições permissivas* que possibilitaram a desestabilização do ciclo *punto-fijista*. A América Latina passou por um período de forte estagnação econômica, atingindo diretamente a Venezuela, que vivia décadas de bonança petrolífera. O PIB *per capita* regrediu a ponto de, no final dos anos 1990, retornar ao mesmo patamar dos anos 1950 (PENFOLD-BECERRA, 2007, p.69) e o nível da pobreza ter dobrado em relação ao início dos anos 1980 (LÓPEZ MAYA, 2017). As reformas neoliberais implementadas pelo presidente Carlos Andrés Pérez (1989-1983) em 1989, seguindo as diretrizes das principais organizações internacionais, agravaram a crise social e provocaram o *Caracazo*, uma feroz reação dos setores populares nas ruas da capital nacional. Muito embora duramente reprimido, o *Caracazo* constituiu uma onda de protestos que marcaram a ruptura do *ciclo político puntofijista* e iniciou a transição para um novo ciclo.

Tal evento teve impacto profundo na correlação de forças políticas, produzindo uma *conjuntura crítica* que abriu espaço para a ascensão de um *outsider* ao poder. Nas eleições presidenciais de 1998, o candidato vitorioso foi Hugo Chávez, ex-tenente coronel do Exército e líder do movimento político *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* (MBR-200), que, seis anos antes, havia tentado chegar ao poder mediante um golpe de Estado. Uma das primeiras iniciativas do novo governo foi convocar uma Assembleia Constituinte. Promulgada em 1999, a nova Carta Magna estabeleceu um novo pacto político, econômico e social em cujo cerne estava a busca de um desenvolvimento nacional sustentado na distribuição mais equânime da renda petroleira – que até então enriquecia a elite e parte da classe média ligada à produção petroleira, em detrimento da maioria da população venezuelana (ALTMAN, 2016; MARINGONI, 2008).

Em razão da nova ordem constitucional, foram convocadas eleições presidenciais e legislativas, nas quais Hugo Chávez se reelegeu e a sua

coalizão conseguiu conquistar 92% das cadeiras do congresso. Aproveitando o contexto favorável, em 2001, a Assembleia Nacional aprovou um pacote de 49 Decretos Lei, dentre eles a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos, responsável pela ampliação da participação estatal sobre a extração de petróleo e gás. Como consequência, tais leis fomentaram o descontentamento das elites políticas e econômicas tradicionais, gerando um clima de intensa instabilidade política.

Nos anos 1920, a produção de petróleo no país já havia ocupado um lugar de destaque não apenas na economia, mas também na política e na sociedade. Criou-se o mito de que o “ouro negro” promoveria o milagre do desenvolvimento, capaz de romper com o atraso do passado colonial e finalmente levar o país ao “progresso”. Em partes, tal ilusão foi estimulada pelas narrativas fantasiosas fabricadas pelo Estado venezuelano – detentor do monopólio da violência e da exploração dos recursos naturais – ao criar grandes projetos de desenvolvimento. É o que Fernando Coronil (2002) chama de “Estado mágico”, conceito fundamental para entender as disputas políticas na Venezuela até os dias de hoje. Segundo o autor, a partir de então, a luta de classes passou a se dar em torno do acesso aos petrodólares.

Isso significa que, se o Estado assume um maior controle da renda proveniente da exportação de petróleo e adere a um projeto radical de redistribuição, é improvável que se estabeleça uma relação de conciliação dos interesses das classes que ocupam os extremos da pirâmide social. Ainda que a renda cresça em um ritmo acelerado, as classes proprietárias estão cientes de que o preço das *commodities* e o volume de suas exportações são bastante voláteis e vulneráveis às crises cíclicas da economia mundial³.

Com isso, ao perceberem a ascensão de um presidente que tem forte discurso antielitista e um projeto de redistribuição de renda, as elites econômicas passaram a adotar uma postura antidemocrática. Esse limite

³ Cabe acrescentar que, ao longo do governo de Chávez, a dependência do petróleo foi agravada. Em 1998, quando ganha sua primeira eleição, o minério representava 68,7% das exportações, subindo para 96% em 2013, ano em que o líder veio a falecer (LANDER, 2017).

ficou explícito na tentativa de golpe de Estado em abril de 2002, na qual Chávez foi preso, e Pedro Carmona, presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Produção (Fedecamaras), assumiu a Presidência do país. Alguns setores militares, a mídia tradicional e a Igreja Católica apoiaram a tentativa de derrubar Chávez. No entanto, a pressão de militares aliados – sobretudo os de baixa patente e alguns oficiais do alto escalão – e a forte mobilização popular nas ruas em favor do governo eleito foram cruciais para que Chávez conseguisse reverter o golpe e, em 48 horas, restituir o cargo de presidente.

É fundamental ler essa reação popular como um evento de grande impacto, que salientava a correlação de forças favorável às propostas de mudanças que estavam em andamento. Nos anos seguintes, é possível observar que, apesar de os grupos opositores continuarem frequentemente se mobilizando nas ruas contra o governo, inclusive realizando greves patronais – como a que ficou conhecida como o *Paro Petrolero* –, o governo não recuou e, ao contrário, apostou na radicalização das reformas (LÓPEZ MAYA, 2017; LANDER, 2017). Portanto, pode-se afirmar que, enquanto a *conjuntura crítica* no final dos anos 1980, evidenciada com o *Caracazo*, possibilitou uma mudança de *ciclo político*, a *conjuntura crítica* de 2002, engendrada pela reação golpista das elites econômicas ao governo de Chávez, resultou na aceleração das transformações que já estavam em curso no *ciclo político* chavista.

O *boom das commodities*, propiciado em larga medida pelo crescimento da China a partir de 2004, preparou o terreno para que o processo de transformações fosse intensificado. A bonança das divisas possibilitou o financiamento dos programas sociais. As *misiones sociales*, um conjunto de políticas sociais voltadas para o combate da pobreza e das desigualdades sociais, começaram a ter efeitos socioeconômicos positivos, de tal forma que, conforme demonstra um estudo da CEPAL (2013), a Venezuela se tornou o país menos desigual na América Latina durante o ápice do *ciclo político* chavista, atrás apenas do Uruguai. Houve avanços significativos em áreas como segurança alimentar, alfabetização,

assistência médica, matrícula universitária, emprego e moradia, como demonstra Lander (2017). Essa combinação de políticas públicas fez com que o Índice de Desenvolvimento Humano do país se elevasse de 0.662, no ano de 2000, a 0.748, em 2012, passando de um desenvolvimento humano "médio", a um desenvolvimento humano "alto", de acordo com o padrão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (LANDER, 2017).

Penfold-Becerra (2007), todavia, descreve alguns problemas na maneira como essas políticas sociais foram planejadas e executadas. O autor observa que o presidente venezuelano desmantelou os programas sociais existentes sob administrações anteriores e criou o *Plan Bolívar 2000* e o *Fondo Único Social (FUS)*, gerenciados diretamente pelas Forças Armadas, que resultariam em escândalos de corrupção e acusações de falta de transparência na prestação de contas e de ineficiência dos militares na condução dos programas. Os recursos empregados nas *misiones* não eram provenientes do orçamento oficial, mas sim dos lucros gerados pela Petróleos de Venezuela (PDVSA), a empresa estatal responsável pela extração e exportação do petróleo. Esses recursos, pois, não seriam monitorados nem pelo Congresso nem pelo Banco Central, violando regras orçamentárias. A conclusão de Penfold-Becerra é de que, desse modo, o governo conseguiria utilizar os programas sociais de forma clientelista, com o objetivo de comprar votos e distribuir a renda petroleira diretamente aos mais pobres, consolidando um apoio político e eleitoral de extrema importância.

Sem embargo, a maneira como Penfold-Becerra (2007) narra o processo de radicalização do "socialismo do século XXI"⁴ é passível de críticas. O autor deixa a impressão para o leitor de que as *misiones* só foram implementadas quando Chávez se sentiu ameaçado pelas elites e queria continuar no poder. É importante ressaltar que a iniciativa de promover uma redistribuição mais justa da renda já estava anunciada desde o início do governo, quando foi promulgada a Carta de 1999. Não

⁴ Esse era o slogan do projeto de nação adotado por Chávez, muito usado a partir de 2005.

parece ser correto atribuir a política social do chavismo apenas a uma estratégia clientelista de compra de votos e de consolidação de uma base eleitoral sólida.

Entretanto, é pertinente a crítica que o autor faz à incorporação dos militares na política institucional, atribuindo-lhes tarefas administrativas, normalmente conduzidas por civis. Tal incentivo já tinha sido explicitado na Constituição de 1999, ao afrouxar a proibição aos militares de engajarem-se em atividade política, rompendo assim com o histórico de despolitização das Forças Armadas (VILLA, 2022, p.84), que foi uma das marcas do ciclo do *puntofijista*. Havia, pois, um crescente ativismo militar na Venezuela antes mesmo da chegada de Chávez à presidência e que, no início do governo, se dividia em dois grupos: aqueles que rechaçavam o governo e os que o apoiavam. Sabendo da necessidade de fortalecer o seu escudo militar, o mandatário tomou um conjunto de medidas para favorecer os seus apoiadores e afastar ou mitigar o potencial desestabilizador dos seus opositores nas forças castrenses. Por conseguinte, essa *conjuntura crítica* aprofundou a militarização⁵ do Estado e da sociedade (HARNECKER, 2003; JÁCOME, 2011; KRUIJT, 2020; NASCIMENTO, 2020; RODRIGUEZ, 2019; VILLA, 2022).

Disso resultou um considerável retrocesso no que tange à garantia de liberdades fundamentais. Além de atuar na provisão das políticas sociais, as Forças Armadas passaram a exercer com maior frequência tarefas de segurança pública, ao passo que as forças policiais incorporavam a lógica de combate ao inimigo⁶, típica do mundo militar, o que implicou em uma série de acusações ao Estado de violar os direitos humanos (GAN GALAVÍS, 2020). Somado a isso, civis foram estimulados a integrar as atividades de segurança pública em conjunto com as forças policiais e militares, por meio da criação de instituições formais, como a

⁵ Definimos militarização como um conjunto de práticas voltadas para implementar a ideologia do militarismo. Militarismo, por sua vez, significa “um vasto conjunto de hábitos, interesses, ações e pensamentos associados com o uso das armas e com a guerra, mas que transcende os objetivos puramente militares” (PASQUINO, 2000, p.78). A ideologia militarista, segundo o autor, objetiva “penetrar em toda a sociedade, impregnar a indústria e a arte, conferir às forças armadas superioridade sobre o governo (...)”.

⁶ Embora, entre 2006 e 2012, as autoridades venezuelanas tenham iniciado uma reforma da polícia, no qual a desmilitarização se tornou um dos principais objetivos, na prática, prevaleceu a lógica militar (GAN GALAVÍS, 2020).

Milícia Nacional Bolivariana (MNB), e de grupos paramilitares, conhecidos como *colectivos*, elevando o índice de violência urbana, que historicamente tem sido alto no país (GAN GALAVÍS, 2020).

Paralelamente à militarização, foi posta em prática a estratégia de “politização da justiça” (OLIVEIRA; SOUZA, 2014). Apesar de a Carta magna de 1999 ter conferido ao Judiciário poderes robustos para fiscalizar o Executivo e o Legislativo, o chavismo passou a intimidar e substituir juízes, bem como ampliou o número de membros do Tribunal Superior de Justiça (TSJ), mitigando paulatinamente a autonomia das instituições de justiça (TAYLOR, 2014; URRIBARRI, 2011). Isso facilitou a interdição de adversários, alguns dos quais se tornaram inelegíveis, e a coibição do trabalho de jornalistas, reduzindo o índice de liberdade de imprensa (LEVINE; MOLINA, 2012).

Portanto, o modo como Chávez governava o país, por um lado, apresentava traços desdemocratizantes, que afetavam principalmente dois dos quatro elementos essenciais da democracia sugeridos por Tilly (2007): a “proteção” e os “compromissos mútuos assumidos”, que dizem respeito às liberdades fundamentais e às regras do jogo. Por outro lado, o projeto chavista apresentava características democratizantes, sobretudo no que tange aos outros dois elementos da teoria da Democracia formulada por Tilly (2007): a “extensão” e a “igualdade”, referentes ao aumento da probabilidade de um maior número de grupos de cidadãos terem suas demandas atendidas e à redução da disparidade de condições para que grupos normalmente marginalizados tenham suas necessidades satisfeitas.

Do ponto de vista do fortalecimento da democracia, além das *misiones sociales*, que, como vimos, contribuíram para a redução da pobreza e da desigualdade, a Venezuela se projetou como um ator de grande influência na região latino-americana, sendo protagonista da

criação de órgãos e acordos importantes, como a ALBA⁷, a UNASUL⁸, a CELAC⁹, o Petrocaribe¹⁰, além da participação na derrota da ALCA¹¹ (LÓPEZ MAYA, 2017), bem como da adesão ao Mercosul mais tarde¹². Neto (2019) nos mostra que essas organizações exercem um papel importante no enfrentamento à violência, à criminalidade, ao tráfico de drogas e de pessoas, na promoção dos direitos humanos, dentre outras questões que desestabilizam os regimes democráticos. Foi criado todo um aparato, incluindo programas, projetos, conselhos, comissões e grupos de trabalho para se pensar regionalmente como enfrentar a desestabilização; porém, a partir da metade da década de 2010, essa agenda regionalista “pós-hegemônica”¹³ perdeu força, devido, em larga medida, às contradições dos governos progressistas e à eleição de governos de direita.

A agenda de integração se coadunava com a proposta chavista de criar órgãos estatais de comunicação, como forma de contrabalancear a narrativa dos grupos hegemônicos que apoiaram o golpe frustrado de 2002 (WERZ; WINKENS, 2007). A Telesur, canal de televisão estatal, foi o principal símbolo desse projeto e tinha o objetivo, pelo menos inicialmente, de contribuir para a união dos países latino-americanos e de construir uma narrativa nova acerca dos povos da região. Suas fontes financeiras primordiais, no princípio do projeto, eram os petrodólares venezuelanos e o suporte de governos de centro-esquerda na América do Sul. Cumpre

⁷ Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América: uma plataforma de cooperação internacional baseada na ideia de integração social, econômica e política, idealizada e criada em 2004 por Fidel Castro e Hugo Chávez.

⁸ União de Nações Sul-Americanas, organização intergovernamental composta por países da América do Sul. Foi fundada em 2010, dentro dos ideais de integração região multissetorial.

⁹ Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos: criada em 2010 com o objetivo de projetar globalmente a região e promover a coordenação política em temas como o respeito ao direito internacional e aos direitos humanos, a igualdade entre Estados e a cooperação.

¹⁰ Aliança entre países do Caribe com a Venezuela, em torno da comercialização de petróleo a preços justos e formas de pagamento flexíveis com o fim de promover o desenvolvimento socioeconômico dos países membros.

¹¹ Área de Livre Comércio das Américas: proposta do governo estadunidense, feita em 1994, para eliminar as barreiras alfandegárias em todos os países do continente americano, exceto Cuba, à qual Hugo Chávez se colocou contra.

¹² O Paraguai estava, naquele momento, suspenso do bloco devido ao golpe que derrubou o presidente Fernando Lugo, em 2012. O novo mandatário, Federico Franco, disse à época ser contra o ingresso venezuelano, mas o Paraguai não participou do processo de admissão do novo membro.

¹³ Briceño Ruiz (2016) usa o conceito de “regionalismo pós-hegemônico” para se referir ao tipo de cooperação interestatal que se estabeleceu na América Latina no início do século XXI. Diferentemente do “regionalismo aberto”, vigente nos anos 1990, alicerçado na ideia de livre comércio e no Consenso de Washington, o “pós-hegemônico” inclinava-se mais em favor de outras pautas, como a cooperação política, militar e financeira, além do apoio mútuo entre os Estados para projetos na área de saúde e de infraestrutura. O autor nota, contudo, que, a partir de 2013, há um esfriamento dessa agenda pós-hegemônica. Em partes, isso se explica pelo próprio dissenso entre os países da região sobre como lidar com a crise na Venezuela.

ressalvar, contudo, que, no que tange às disputas político-discursivas travadas na Venezuela, a Telesur tende a privilegiar a produção de enquadramentos que privilegiam os atores e apoiadores do governo em detrimento dos opositores (PAINTER, 2008), o que mitiga o seu potencial democratizante e contribuiria para a polarização política no país.

Outra medida que apontava para o aprofundamento da democracia, mas que também apresentou contradições ao longo do tempo, foi a implementação de mecanismos de participação direta. Essa era uma demanda que vinha ganhando força desde os anos 1980 e que, embora já tivesse sido experimentada em nível local, foi institucionalizada como uma política de Estado na Carta de 1999 (LÓPEZ MAYA, 2021). Não obstante, López Maya (2021) relata uma série de problemas que foram surgindo conforme o projeto foi avançando. A cientista social venezuelana argumenta que o conceito de “democracia participativa e protagônica” presente na Constituição de 1999 atribuiu ao Estado o papel de criar as condições para o protagonismo popular, o que significa dizer que o Estado ocuparia a posição de “acompanhante” da sociedade civil. Ao longo do primeiro governo de Chávez, nos espaços abertos à participação direta das comunidades organizadas, havia a vontade política para transcender os defeitos do modelo representativo anterior e as práticas participativas, de fato, tinham como horizonte a superação da pobreza e da exclusão social.

No entanto, a partir de 2005, na esteira do processo de “radicalização da democracia”, o discurso oficial sofreu uma forte inflexão e o chavismo passou a adotar medidas com o objetivo de transformar o regime de democracia participativa e protagônica em um outro de natureza socialista, tendo como inspiração o marxismo-leninismo, em especial o modelo posto em prática em Cuba por Fidel Castro. O intuito era fazer com que as instituições participativas fossem paulatinamente substituindo as instituições liberais, contrariando os princípios de participação descritos na Carta de 1999.

A partir da Lei dos Conselhos Comunais, aprovada em 2006, retirou-se o vínculo dessas organizações comunitárias com os governos

municipais, que passaram a ser subordinadas ao Executivo nacional, mais especificamente ao Ministério do Poder Popular. Além disso, a Lei passou a conceber os conselhos comunais como um gestor – e não como um formulador – de políticas públicas, atuando como braço do governo e deixando de ser instâncias da sociedade civil para adquirirem um caráter quase estatal. Assim, a Lei Orgânica das Comunas, de 2010, dava um passo além no projeto de erosão da democracia liberal. Entretanto, como veremos, esse projeto foi interrompido em 2013, quando emergiu uma nova *conjuntura crítica*, na qual o chavismo, já sem a presença de seu líder carismático, se modificou significativamente (LÓPEZ MAYA, 2021).

Tendo debatido as contradições do *ciclo político* chavista, podemos afirmar, portanto, que aquele ciclo se diferenciava do anterior – o *puntofijista* - por dar centralidade à agenda da participação direta; por ampliar a esfera de ação do Estado no tange à redistribuição mais igualitária das divisas provenientes da comercialização de petróleo; e por incentivar a integração regional nos marcos pós-hegemônicos. A liderança carismática de Chávez foi fundamental nesse processo. Os militares, por seu turno, retomaram o seu protagonismo na política ao lado do presidente, participando ativamente da administração pública, seja ocupando ministérios, cargos nas empresas estatais ou atuando na implementação de políticas públicas junto à sociedade civil. Tais mudanças foram institucionalizadas e respaldadas pela Carta Magna de 1999. A reação golpista das elites econômicas em 2002 produziu uma nova *conjuntura crítica*, mas que não resultou em uma mudança de ciclo, como ocorreu a partir de 1989, mas sim impulsionou o avanço do projeto chavista que estava em andamento, tornando cada vez mais evidentes as suas contradições.

4 O chavismo sem Chávez: o aprofundamento do processo de desdemocratização e a liberalização da economia

Hugo Chávez veio a falecer em 2013 e, no governo do seu sucessor e correligionário, Nicolás Maduro, o cenário ficou mais adverso, devido a uma série de fatores, como: a própria perda da liderança carismática de Chávez, enfraquecendo o apoio popular; o aprofundamento da crise econômica iniciada em 2008, mas que ganha maior intensidade na América Latina a partir de 2014, devido sobretudo à queda no preço das *commodities*; além do esfriamento da agenda pós-hegemônica de integração latino-americana e do recrudescimento de setores da direita que passaram a se empenhar para derrubar o presidente, utilizando-se inclusive de táticas golpistas (NASCIMENTO, 2020). Essas foram algumas *condições permissivas* a partir das quais iniciou um processo de transição de ciclos.

Antigo líder sindical e vice-presidente da República, Nicolás Maduro era um ator importante na cúpula do governo e foi o escolhido para carregar o legado deixado por Chávez, diante dessas adversidades. Concorreu nas eleições presidenciais de 2013 e venceu por uma margem bastante estreita, conquistando 50,61% do total de votos. O candidato opositor Henrique Capriles não reconheceu a vitória do seu oponente, alegando irregularidades sem apresentar provas, o que contribuiu fortemente para debilitar a legitimidade do sistema político venezuelano.

Não tardou para que os primeiros sinais de esgotamento do chavismo aparecessem nas ruas. Em 2014, eclodiu o primeiro grande ciclo de protestos que tinha como alvo não apenas o governo Maduro, mas o sistema político como um todo. Entre 1999 e 2015, mais de 90% das mobilizações sociais nas ruas ocorreram por razões de caráter socioeconômico; porém, o ano de 2014 destoou dessa tendência. Pela primeira vez, as causas civis ou políticas, que envolviam, por exemplo, demonstrações de repúdio à insegurança e à injustiça, denunciando as condições desumanas do sistema penitenciário e judicial, bem como de

repúdio ao próprio presidente e aos partidos políticos, foram predominantes. Os protestos que levantavam essas bandeiras representaram 52% do total (LÓPEZ MAYA; UZCÁTEGUI, 2016).

Cabe ressaltar que isso não quer dizer que o número de protestos envolvendo questões socioeconômicas havia diminuído; afinal, a crise se agravava de forma bastante acelerada. O que ocorreu foi um aumento vertiginoso da temperatura nas ruas, o que elevou substancialmente a quantidade de manifestações demonstrando forte descontentamento com a política tradicional.

Tais protestos revelavam que havia algo de mais profundo ocorrendo no plano sociopolítico, o que ficou mais nítido no ano seguinte, com a expressiva derrota sofrida pelo partido governista, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), nas eleições legislativas, nas quais a Mesa da Unidade Democrática (MUD), coalizão formada por diversas forças opositoras, conquistou dois terços dos votos, representando o primeiro revés eleitoral do chavismo em 17 anos (ROSA; NUNES JR., 2019). Com a supermaioria na Assembleia Nacional, a oposição passaria a ter poder para aprovar sozinha a convocação de uma Assembleia Constituinte para reescrever a Constituição. Diante dessa *conjuntura crítica*, produzida por uma forte oposição popular nas ruas e agora no congresso, em meio à corrosão dos indicadores socioeconômicos e da legitimidade da política institucional, o governo optou por fortalecer o apoio do Judiciário como forma de se sustentar no poder.

No dia 23 de dezembro de 2015, a menos de duas semanas para a coalizão opositora assumir o controle do congresso, os deputados chavistas se articularam para aprovar a nomeação de 13 novos juízes para o Tribunal Superior de Justiça, que, dentre outras medidas favoráveis ao governo, viriam a impugnar a candidatura de três deputados eleitos pela oposição. Isso impedia a MUD de ter um número de assentos suficiente para convocar uma Constituinte, mitigando assim o potencial dos grupos opositores no legislativo de desestabilizar o governo.

Na esteira do acirramento dos conflitos políticos e da crescente

degradação das condições de vida, uma nova onda de protestos eclodiu em 2017. Seguindo a mesma linha de 2014, as manifestações salientavam o impacto social das crises política e econômica pelas quais o país atravessa. Curioso é que, nos dois momentos, embora participassem ativamente das mobilizações nas ruas, as principais lideranças políticas encontravam muitas dificuldades de coordená-las. Muitos protestos eram convocados por novos atores sociais, que não possuíam vínculos partidários, com perfis bastante heterogêneos e formados em sua maioria por jovens. Dentre os grupos mais atuantes, se destacava o *La Resistencia*, formado por jovens encapuzados dispostos a participar em confrontos físicos com as forças de segurança, que reagiram de forma bastante violenta. Intitulavam-se os “guerreiros” e, utilizando uma estética anarquista, exibiam repúdio tanto ao governo quanto aos políticos opositores, além de rechaçar os demais protestos que utilizavam repertórios pacíficos (LLORENS, 2018).

Portanto, é possível observar a formação de uma “nova geração” de atores sociais, renovando o debate público, trazendo elementos de críticas mais amplas. A reação do governo, cercado por uma série de ameaças, foi a de lançar uma Assembleia Constituinte, que a MUD decidiu boicotar por alegar não ter legitimidade e não seguir os trâmites legais. Os 545 membros da Constituinte, escolhidos pelo voto popular, portanto, foram todos apoiadores do chavismo. Como consequência disso, o Congresso foi perdendo uma série de atribuições, que passaram a ser assumidas pela Constituinte, o que contribuiu para proteger o governo das ameaças do legislativo.

No plano geopolítico, além do já mencionado enfraquecimento das pautas pro-hegemônicas de integração da América Latina, devido às contradições dos governos progressistas de centro-esquerda e ao avanço da direita conservadora na região, foi criado o Grupo de Lima em 2017, por iniciativa do governo peruano, com o objetivo de pressionar pelo restabelecimento da democracia na Venezuela, do qual fizeram parte os seguintes países: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica,

Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru.

Somado a isso, Washington passou a exercer maior pressão sobre Caracas, questionando a legitimidade do governo Maduro. Donald Trump, ao longo de seu mandato, que teve início em janeiro de 2017, aplicou severas sanções com o intuito de estrangular a economia venezuelana, já bastante combalida, e de provocar uma mudança de governo. Uma série de trabalhos acadêmicos mostra os efeitos drásticos provocados por essas sanções, que inibiam a capacidade do Estado venezuelano de se recuperar da crise iniciada em 2014 e contribuía de forma determinante para que o país passasse por uma das hiperinflações mais longas da história mundial (BULL; ROSALES, 2023; RODRÍGUEZ, 2019; WEISBROT; SACHS, 2019; SUTHERLAND, 2020). Isso resultou em intenso fluxo migratório, com mais de sete milhões de venezuelanos saindo do país em busca de uma melhor qualidade de vida (BULL; ROSALES, 2023).

De forma a lidar com tais adversidades, o governo Maduro tomou diversas decisões que vão na contramão da política econômica vigente desde a chegada de Chávez ao poder. Maduro optou pelo pragmatismo, fazendo um ajuste estrutural, que incluiu a dolarização parcial da economia, a liberalização comercial e a privatização de ativos estatais. Tais iniciativas vêm possibilitando a aliança do governo com certos segmentos do capital privado e ajudando a conter a inflação e a atenuar o alto nível de escassez de produtos. Em 2021, o PIB voltou a crescer depois de sete anos seguidos de contração e a pobreza foi reduzida, ainda que permaneça em um nível alarmante. No início de 2021, mais de 90% dos lares estavam situados abaixo da linha da pobreza, mas estudos recentes mostram que, em 2023, o nível desceu para 80,3% (BULL; ROSALES, 2023).

Em consonância com López Maya (2023), podemos afirmar que essa inflexão na política econômica suplantou o projeto de “socialismo do século XXI”, idealizado por Chávez. O chavismo deixou de ser um movimento político rentista que visava à redistribuição para seguir um

modelo de “capitalismo autoritário” com traços neoliberais, mas que mantém a gramática discursiva da esquerda radical (BULL; ROSALES, 2023). Isso não significa dizer que a Venezuela, durante a administração de Chávez, tivesse de fato se tornado socialista, afinal o país ampliou seus laços de dependência aos países centrais do capitalismo, aumentando a exportação de petróleo, e limitou as suas atividades produtivas no âmbito doméstico. Entretanto, as políticas redistributivas eram um dos pilares fundamentais que caracterizaram o *ciclo político* chavista e que produziram impactos positivos na redução das desigualdades e da pobreza, o que explica em grande parte o apoio popular à figura de Hugo Chávez.

Outro pilar importante do ciclo anterior foi o projeto de participação direta. Apesar de suas contradições, como vimos na seção 3, a construção do Estado comunal estava no horizonte do chavismo e um conjunto de medidas foi tomado para institucionalizar o funcionamento das organizações comunitárias e endurecer o controle do Executivo sobre elas. Não obstante, ao longo do governo Maduro, as experiências comunais se tornaram pontuais, concentrando-se em sua maioria nas zonas rurais, sendo que mais de 92% da população venezuelana vive nos centros urbanos, o que mostra que a participação direta deixou de ser uma agenda central no debate público (LÓPEZ MAYA, 2021). Enquanto Maduro concentra-se em esquivar-se das ameaças e pressões internas e externas e se manter na presidência, grande parte da população preocupa-se, prioritariamente, em sobreviver, um cenário que tem provocado a fissura do tecido social.

A sobrevivência de Maduro no poder é firmemente sustentada pelos escudos judiciário e militar. A interferência no Judiciário e nas Forças Armadas se tornou uma prática comum durante o ciclo anterior, mas ganhou maior relevância ao longo da presidência de Maduro. Como vimos, a ampliação do número de ministros no Tribunal Superior de Justiça e a nomeação de aliados, com o aval do Congresso, à época ainda dominado pelo chavismo, foram decisões fundamentais para mitigar o

potencial dos opositores de remover Maduro do poder. Quanto ao processo de militarização, notamos um maior protagonismo de oficiais das Forças Armadas dentro do Poder Executivo e na defesa do presidente frente à multiplicação dos focos de pressão por mudança de governo. O Ministério do Poder Popular para a Defesa, chefiado pelo general Vladimir Padrino López, por exemplo, foi reunindo cada vez mais poder dentro do Executivo, tanto no que diz respeito à repressão popular quanto no que se refere ao controle administrativo de empresas estatais, por onde circula grande quantidade de dinheiro público, se convertendo na autoridade máxima do país, atrás apenas do presidente Mauro (JÁCOME, 2017).

O apoio dos militares foi posto à prova em algumas tentativas golpistas de derrubar Maduro, mas a alta cúpula das Forças Armadas em todas as ocasiões rechaçou prontamente os levantes e reforçou o seu vínculo com o governo (NASCIMENTO, 2020). A investida mais ousada contra Maduro ocorreu no dia 30 de abril de 2019 e foi denominada de Operação Liberdade. O líder do levante era Juan Guaidó, o então presidente do Congresso, que se proclamou presidente da Venezuela, sob a argumentação de que o governo de Maduro era ilegítimo, pois a eleição presidencial de 2018 supostamente teria sido fraudada. Guaidó havia sido um dos protagonistas dos protestos de 2014 e de 2017, o que lhe rendeu uma rápida ascensão dentro do partido Vontade Popular, que via a necessidade de lançar lideranças jovens, em vista da prisão de seu principal líder, Leopoldo López, e da insatisfação da população venezuelana com a “velha política”. A autoproclamação de Guaidó foi respaldada pelos EUA e por dezenas de outros países, que o reconheceram como o presidente legítimo da Venezuela.

No entanto, Guaidó não obteve sucesso na tentativa de unir a oposição contra o governo. Em partes, isso se deve ao fato de parte considerável da MUD não apoiar a estratégia golpista de tomar o Estado de assalto. Além disso, com as sanções impostas pelos Estados Unidos e pela União Europeia, Guaidó passou a administrar recursos financeiros

que pertencem ao Estado venezuelano, e uma série de acusações de corrupção veio à tona¹⁴. Desse modo, o fato de a oposição ser bastante heterogênea e não conseguir se articular em torno de um mesmo projeto, que ofereça uma alternativa viável ao governo, contribui para que Maduro se mantenha na presidência, mesmo diante de inúmeras ameaças.

Tendo narrado os principais fatos e apontado os elementos que caracterizam as disputas políticas na Venezuela desde a morte de Chávez até os dias de hoje, podemos retomar os conceitos discutidos na seção 2, de forma a complexificar a análise e justificar por que defendemos a ideia de que o *ciclo político* chavista se encerrou e que agora a Venezuela experimenta um novo ciclo.

Algumas “condições permissivas” produziram uma *conjuntura crítica*, na qual ocorreu um processo de transição de ciclos. São elas: a perda da liderança carismática de Chávez; a crise econômica instalada em 2014; o enfraquecimento da agenda de integração regional; as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e pela União Europeia; e o recrudescimento dos grupos opositores nas ruas – resultando na onda de protestos de 2014 e de 2017 – e no Congresso – com a derrota massiva do chavismo nas eleições legislativas em 2015.

Diante das adversidades, o governo apostou no aprofundamento de processos iniciados no *ciclo político* chavista, como a politização do judiciário e a militarização da política, que têm resultado no favorecimento de aliados nas disputas político-eleitorais, em detrimentos dos grupos opositores, e em forte repressão aos movimentos sociais. A violência do Estado, inclusive, fez com que a Venezuela se tornasse o primeiro país da América Latina a ser investigado pelo Tribunal Penal Internacional por supostos crimes contra a humanidade¹⁵.

¹⁴ Para mais informações sobre o envolvimento de Guaidó em casos de corrupção, consultar a seguinte referência: EL NACIONAL. **Escândalo de corrupção en la oposición afectó la reputación de Guaidó**. EN El Nacional, 04 dez 2019. Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/escandalo-de-corrupcion-en-la-oposicion-afecto-la-reputacion-de-guaido/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

¹⁵ O detalhamento das acusações está presente na seguinte referência: SINGER, Florantonia. **Tribunal Penal Internacional investigará a Venezuela por crimes contra a humanidade**. El País Internacional. Caracas, 03 nov.

Em contrapartida, duas pautas hegemônicas ao longo do ciclo chavista foram abandonadas: a atuação firme do Estado no que concerne à redistribuição dos petrodólares e as políticas voltadas para a participação direta. Com relação à primeira pauta, observou-se uma inflexão no projeto vigente desde 1999, com uma reestruturação liberalizante da economia, como forma de amenizar os efeitos da crise prolongada, em grande medida impulsionada pelas severas sanções internacionais. A agenda da democracia participativa, por sua vez, foi marginalizada, praticamente desaparecendo do debate público na última década.

Isso não quer dizer, contudo, que manifestações reivindicando uma maior presença do Estado ou mobilizações comunitárias visando a solucionar os problemas cotidianos enfrentados pela população tenham deixado de existir. Ao contrário, essas ações são corriqueiras e ocorrem de forma bastante intensa. O que argumentamos é que há uma insatisfação grande com o sistema político como um todo e um descrédito em relação aos atores políticos tradicionais. Isso ficou mostrado nos ciclos de protestos de 2014 e de 2017 e na iniciativa frustrada de Guaidó de articular uma coalizão anti-Maduro.

Percebemos, ainda, que o funcionamento das instituições vem sendo alterado do ponto de vista formal e informal. A medida que melhor simboliza essa corrosão institucional foi a transferência de atribuições do Congresso, com maioria opositora, para a Assembleia Constituinte, dominada pelo chavismo. O resultado de todas essas transformações desde a morte de Chávez é o aprofundamento de processos de desdemocratização, que já estavam em curso, ao passo que os processos democratizantes foram progressivamente perdendo a força.

4 Conclusão

2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-11-04/tribunal-penal-internacional-investigara-a-venezuela-por-crimes-contra-a-humanidade.html> . Acesso em: 19 maio 2023.

Neste artigo, discutimos os processos de mudança sociopolítica pelos quais a Venezuela vem passando desde a chegada de Hugo Chávez à presidência em 1999, tomando como base teórico-conceitual o debate sobre *conjuntura crítica*, *ciclo político* e (des)democratização. Defendemos que, desde 2013, embora o movimento político liderado por Chávez siga dirigindo o Estado venezuelano, houve mudanças significativas que permitem afirmar que está em curso um novo *ciclo político* no país.

Notamos que o chavismo, com a perda da sua liderança carismática em 2013, passou por grandes reformulações na sua natureza. O *ciclo político* chavista de Chávez foi marcado, por um lado, por elementos democratizantes, como o impulsionamento da agenda de ampliação do Estado no que concerne à redistribuição mais igualitária da renda petroleira e da agenda de aprofundamento da democracia, por meio da criação de instituições voltadas para a participação direta, demanda esta que vinha ganhando força desde o início dos anos 1980. Essas medidas foram propiciadas por um contexto favorável, no qual havia uma grande insatisfação com as políticas neoliberais, evidenciada com o *Caracazo*, e um cenário econômico internacional favorável à exportação de commodities. Além disso, a agenda da integração da América Latina avançava sob uma proposta pós-hegemônica, tendo Chávez sido um dos principais atores que lideraram o processo de criação de diferentes instituições regionais, essas por sua vez um papel importante para mitigar um conjunto de problemas comuns aos países da região.

Ao longo dos governos de Maduro, contudo, observamos o esgotamento desse processo democratizante. A partir de 2014, com a retração do preço das *commodities*, os gastos com políticas sociais foram fortemente reduzidos, revertendo os avanços socioeconômicos obtidos no ciclo anterior. Além disso, a administração de Maduro, sob forte pressão interna e externa, adotou um projeto econômico radicalmente distinto daquele que foi hegemônico no ciclo chavista, apostando na liberalização como forma de angariar o apoio de certos setores produtivos e de sobreviver às severas sanções internacionais impostas à Venezuela. Já as

políticas de participação direta praticamente desapareceram, ficando relegadas a experiências pontuais, enquanto a agenda de integração regional perdeu força na América Latina, tornando o clima regional bastante hostil a Maduro, com a eleição de governos de direita em países vizinhos e a formação do Grupo de Lima.

Em meio a esse cenário extremamente adverso, o governo optou por intensificar os processos desdemocratizantes que já estavam em curso no ciclo anterior, como a politização do Judiciário e a militarização da política, como forma de se sustentar no poder. O resultado disso foi um aumento expressivo da repressão nas ruas, a proibição de adversários de participar nas disputas eleitorais e a corrosão das instituições liberais, o que ficou evidente quando a Assembleia Constituinte, dominada pelo chavismo, retirou um conjunto de atribuições do Congresso, de maioria opositora.

Portanto, afirmamos que o projeto do socialismo do século XXI, com todas suas contradições, hegemônico no *ciclo político* chavista, começou a desaparecer a partir de 2013, em meio a uma *conjuntura crítica*, na qual a coalizão governista começou a tomar diversas medidas para se manter no poder. Disso resultou a transição para um modelo de capitalismo autoritário, bastante distinto do projeto de Estado institucionalizado na Constituição de 1999.

Não está claro o que o destino reserva para a política venezuelana. Nos últimos anos, houve algumas tentativas por parte dos governos da Noruega, do Vaticano, do México e da Colômbia de criar espaços de diálogo entre o governo venezuelano e os grupos opositores, com o fim de que ocorram eleições livres e justas no país. Aliado a isso, surge no horizonte a possibilidade de suspensão das sanções internacionais, motivadas em grande medida pelo aumento da demanda por petróleo, em decorrência dos efeitos da Guerra da Ucrânia. Entretanto, o cenário é incerto e qualquer previsão seria mero exercício especulativo.

5 Referências:

ALTMAN, Max. **Venezuela**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Venezuela%20web.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2023.

BRICEÑO RUIZ, José. Projeção, fragmentação e justaposição de processos - Regionalismo pós-hegemônico, retorno do regionalismo aberto: a atualidade do regionalismo na América Latina e no Caribe. **Conjuntura Internacional**, v. 13, n. 1, pp. 16-21, nov. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2016v13n1p16>

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Ciclos políticos: conceptualización y América Latina Contemporánea. In: TORRES, Esteban; DOMINGUES, José Maurício (Eds.). **Nuevos actores y cambio social en América Latina**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO. 2022. pp. 263-280, Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv2v88cbs.13>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BULL, Benedicte; ROSALES, Antulio. Cómo las sanciones a Venezuela abrieron paso a un capitalismo autoritario. **Revista Nueva Sociedad**, n. 304, mar.-abr. 2023. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/dolor-pais-version-venezuela/https://nuso.org/articulo/304-sanciones-venezuela-capitalismo-autoritario/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

CAPOCCIA, Giovanni; KELEMEN, Daniel. The study of critical junctures: theory, narrative, and counterfactuals in historical institutionalism. **World Politics**, v. 59, n.3, pp. 341-69, 2007. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/222749>. Acesso em: 01 jun. 2023.

CAPOCCIA, Giovanni. Critical junctures and institutional change. *In*: MAHONEY, J.; THELEN, K. (orgs). **Advances in comparative-historical analysis, strategies for social inquiry**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, pp. 147-79. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781316273104.007>.

CAPOCCIA, Giovanni. Critical junctures. *In*: FIORETOS Orfeo; FALLETI, Tullia G.; SHEINGATE, Adam. (orgs). **The Oxford handbook of historical institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016, pp. 89-106.

CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2013. Disponível em: <https://www.cepal.org/en/publications/35864-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2013-statistical-yearbook-latin-america>. Acesso em: 01 jun. 2023.

CICERO, Pedro. **Revolução Bolivariana e lutas sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías**. Orientadora: Andréia Galvão, 2010. 194 f. Dissertação de Mestrado - Ciência Política, Unicamp, Campinas, 2010. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2010.774910>.

COLLIER, Ruth; COLLIER, David. **Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 1991. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=1750509>. Acesso em: 06 nov. 2022.

CORONIL, Fernando. **El Estado mágico: Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela**. Caracas: Nueva Sociedad/Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela. 2002.

FERREIRA, Guilherme; MARIANO, Marcelo; NEVES, Bárbara. Uma crítica do conceito de conjuntura crítica: a questão da mudança no Institucionalismo Histórico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 31, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-98732331e001>.

GAN GALAVÍS, Natalia. Rule of law crisis, militarization of citizen security, and effects on human rights in Venezuela. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 109, pp. 67-86, jan.-jun 2020. DOI: <http://doi.org/10.32992/erlacs.10557>

HARNECKER, Marta. **Venezuela. Militares junto al pueblo**. Madrid: El Viejo Topo, 2003. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/8482/3/milit.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2023.

JÁCOME, Francine. **Fuerza Armada, Estado y sociedad civil en Venezuela**. Caracas: Ed. Ildes, 2011. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files//bueros/caracas/08765.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.

JÁCOME, Francine. Venezuela: ¿un nuevo tipo de régimen militar? **Foreign Affairs Latinoamérica**, v. 17, n. 4, out.- dez. 2017.

KRUIJT, Dirk. Venezuela 's defense diplomacy under Chávez and Maduro (1999-2018). In: I. LIEBENBERG, KRUIJT, D.; PARANJPE, S. (eds). **Defense Diplomacy and National Security Strategy: views from the Global South**. Stellenbosch: African Sun Media, 2020. pp. 87-100. DOI: <https://doi.org/10.18820/9781928480556/05>.

LANDER, Edgardo. Venezuela: la experiencia bolivariana en la lucha por transcender el capitalismo. **América Latina en Movimiento** [online], 29 ago. 2017. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/187714>. Acesso em: 10 jan. 2020.

LEVINE, Daniel; MOLINA, Enrique. Calidad de la Democracia en Venezuela. **América Latina Hoy**, v. 62, 2012, pp. 157-175. <https://doi.org/10.14201/alh.9349>

LLORENS, Manuel. Dolor país, Versión Venezuela: las protestas de 2017 y sus secuelas. **Nueva Sociedad** n. 274, mar.-abril, 2018. Disponível em:

<https://www.nuso.org/articulo/dolor-pais-version-venezuela/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

LÓPEZ MAYA, Margarita. La crisis del chavismo en la Venezuela actual. **Estudios Latinoamericanos, Nueva Época**, n. 38, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22201/cela.24484946e.2016.38.57462>

LÓPEZ MAYA. Margarita. **Democracia para Venezuela: ¿representativa, participativa o populista?** Montevideo: Editorial Alfa, 2021.

LÓPEZ MAYA. Margarita. Autoritarismo, izquierdas y democracia participativa en Venezuela. **Nueva Sociedad**, n. 304, mar.-abril, 2023. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/304-autoritarismo-izquierdas-democracia-participativa-venezuela/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

LÓPEZ MAYA, Margarita; UZCÁTEGUI, Rafael. Venezuela: conflictividad social, protesta e institucionalización democrática. In: ALARCÓN DEZA; Benigno ; MARTINEZ MEUCCI, Miguel Ángel (eds.), **Transición democrática o autocratización revolucionaria**. Caracas: Visión Venezuela-UCAB. 2016. pp. 255-276. Disponível em https://www.academia.edu/27961809/venezuela_conflictividad_social_protesta_e_institucionalizaci%C3%93n_democr%C3%81tica. Acesso em: 19 mai. 2023.

MARINGONI, Gilberto. **A revolução venezuelana**. São Paulo: UNESP, 2008.

NASCIMENTO, Jefferson. O governo de Nicolás Maduro resiste: um diálogo crítico com o modelo de quedas presidenciais proposto por Aníbal Pérez-Liñán. **Textos e Debates**, n. 34 1, pp. 121-134 jan. - jun 2020. <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v1i34.6966>

NETO, Octávio Forti. **A relação entre Organizações Regionais, consolidação da democracia e segurança cidadã na América Latina: um estudo voltado para o SICA e a UNASUL**. Orientador: Kai Enno Lehmann,

2019. 300p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, André; SOUZA, Carlos. O Judiciário Venezuelano e a Politização da Justiça. **Revista Política Hoje**, vol. 23, n. 2, pp. 203-222, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3748/3050>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PAINTER, James. **Counter-Hegemonic News: a case study of Al-Jazeera English and Telesur**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism: University of Oxford, 2008. Disponível em: <https://archive.org/details/counterhegemonic0000pain/mode/2up>. Acesso em: 01 jun. 2023.

PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. *In*: BOBBIO, Norberto, et al. **Dicionário de Política**. Coord. da Tradução: João Ferreira. v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 748-754.

PENFOLD-BECERRA, Michael. Clientelism and social funds: evidence from Chavez's missions. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n.4, pp. 63-84, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30130824>. Acesso em: 19 mai. 2023.

PIERRE, Guy. Ciclos políticos largos en América Latina durante el siglo XX y sus efectos en el crecimiento económico. **Revista Latinoamericana de Economía Problemas del Desarrollo**, v. 35, n. 139, out.-dez., 2004. Disponível em: <http://www.ejournal.unam.mx/pde/pde139/PDE13903.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

RODRÍGUEZ, Francisco. **Sanctions and the Venezuelan Economy: What the Data Say**. Latam Economics Viewpoints, Torino Economics, 24 jun. 2019. Disponível em: <https://torinocap.com/wp-content/uploads/2019/06/Sanctions-and-Vzlan-Economy-June-2019.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

ROSA, Beatriz Jesus de Andrade; NUNES JÚNIOR, Edson Mendes. Revirando a Venezuela: Os pilares e os desafios do governo de Nicolás Maduro. In: ENARA, Echart Munhoz; COELHO, André Luiz; VILLAREAL, María del Carmen (org.). **Sulatinidades: Debates do Grisul sobre a América Latina**. Rio de Janeiro, UNIRIO, Périplos, 2019, p. 85-100.

SUTHERLAND, Manuel. **Las sanciones económicas contra Venezuela: consecuencias, crisis humanitaria, alternativas y acuerdo humanitario**. Serie Investigaciones en Derechos Humanos, n. 6. Caracas: Provea, 2020. Disponível em: <https://provea.org/publicaciones/investigaciones/informe-especial-las-sanciones-economicas-contra-venezuela-consecuencias-crisis-humanitaria-alternativas-y-acuerdo-humanitario/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

TAYLOR, Matthew. The Limits of Judicial Independence: A Model with Illustration from Venezuela under Chávez. **Journal of Latin American Studies**. Cambridge Journals, v. 46, n. 2, pp. 229-259, mai. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/S0022216X14000017>

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. <https://doi.org/10.1017/s0022381608080560>

URRIBARRI, Rafael. Courts between Democracy and Hybrid Authoritarianism: Evidence from the Venezuelan Supreme Court, Law & Social Inquiry, **Journal of the American Bar Foundation**, v. 36, n. 4, pp. 854-884, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1747-4469.2011.01253.x>.

VALENTE, Leonardo. A política externa da Venezuela entre Punto Fijo e Hugo Chávez: rupturas e continuidades. **Boletim do Tempo Presente**, n. 7, 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4167>. Acesso em: 19 mai. 2023.

VILLA, Rafael. Venezuelan military: a political and ideological model in Chavista governments, **Defense Studies**, v. 22, n. 1, pp. 79-98, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/14702436.2021.1976061>

WERZ, Nikolaus; WINKENS, Simone. **El populismo de Chávez y el rol de los medios** (Preview). Institutional Repository of the Ibero-American Institute, Berlim, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/304708873.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2023.

WEISBROT, Mark; SACHS, Jeffrey. **Economic Sanctions as Collective Punishment: The Case of Venezuela**. Washington, DC: Center for Economic and Policy Research. 2019 Disponível em: <https://cepr.net/report/economic-sanctions-as-collective-punishment-the-case-of-venezuela/>. Acessado em: 09 jan. 2020.